

## GT 15: Metodología y epistemología de las Ciencias Sociales.

**Título: INVESTIGAÇÃO-AÇÃO-PARTICIPATIVA EM COMUNIDADES ATINGIDAS POR MINERAÇÃO – TENSÃO METODOLÓGICA ENTRE PROTAGONISMO SOCIAL E DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES.**

Autores:

Carlos Roberto Horta (NESTH– Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil).

Valéria De Marco Fonseca (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Brasil).

Emails: [bebeto@fafich.ufmg.br](mailto:bebeto@fafich.ufmg.br)      [valeriademarco@uol.com.br](mailto:valeriademarco@uol.com.br)

### RESUMO

Em uma região duramente afetada pelos impactos oriundos da indústria da mineração, incluindo efeitos sobre a saúde dos moradores, a execução do projeto de pesquisa e capacitação social para criar o observatório sócio-ambiental, buscou a inclusão de instituições de representação, escolas, sindicatos, conselhos comunitários, órgãos de governo, e concluiu que é importante discutir a correlação de forças instituições/comunidade, no contexto da construção dessas mobilizações. A metodologia com a aplicação de tecnologias de mobilização social já foi testada pela equipe em outros projetos que tiveram como foco a estimulação de estratos sociais pobres para a participação em debates e processos deliberativos com autoridades públicas.

In a region severely affected by impacts from the mining industry, including effects on the health of residents, the execution of the research project and social training to create the socio-environmental Observatory, sought the inclusion of representative institutions, schools, trade unions, community councils, government agencies, and concluded that it is important to discuss the correlation of forces/Community institutions, in the context of the construction of these mobilisations. The methodology with the application of technologies of social mobilization has already been tested by the team in other projects that had focused on the stimulation of poor social strata for participation in debates and deliberative processes with public authorities.

Palabras-clave: cidadania - meio-ambiente - metodologia participativa

Key words: citizenship – environment - participatory methodology

A experiência desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano, da Universidade Federal de Minas Gerais (NESTH – UFMG), com metodologias participativas aplicadas no projeto da *Implantação do Observatório Sócio-ambiental de Congonhas* ocasionou uma discussão que contempla a atuação múltipla nos processos de mobilização e de propostas

emancipatórias voltadas para a formação de subjetividades coletivas atuantes na defesa das suas comunidades.

A cidade de Congonhas está numa região duramente afetada pelos impactos da mineração, incluindo efeitos sobre a saúde dos moradores, poluição ambiental com a lama e poeira sobre as ruas da cidade e dos povoados de sua periferia, assoreamento dos rios e represas da região. Apesar de tudo, o impacto que os órgãos de imprensa efetivamente divulgam é aquele que provoca a deterioração de um conjunto de obras de escultura dos tempos da colonização portuguesa, o que não é visto como suficiente para que a população se organize para enfrentar os impactos.

A execução do projeto do NESTH para criar o observatório sócio-ambiental buscou a inclusão de instituições de representação e de educação, escolas, sindicatos, conselhos comunitários e órgãos de governo, como a secretaria local da Agenda Mineral do século 21. Assim, é importante discutir a correlação de forças instituições/comunidade, no contexto da construção dessas metodologias.

O Município de Congonhas, na região central do Estado de Minas Gerais, é bastante conhecido pelo seu rico patrimônio cultural e natural, assim como pela estrutura industrial já instalada. Dentro desses aspectos, pode-se destacar o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos com os doze profetas de Aleijadinho, a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, da qual Congonhas faz parte, e o parque metalúrgico e minerador do município, no qual atuam empresas como a Vale, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Gerdau.

Nos últimos anos, a população de Congonhas tem vivido grande expectativa de desenvolvimento, devido ao anúncio de altos investimentos por parte dessas indústrias em unidades localizadas no município. Os investimentos atingem volume suficiente para geração de dezenas de milhares de empregos e um substancial crescimento na arrecadação da prefeitura. Configura-se, dessa forma, um cenário com expectativas de muitas transformações que atingirão uma população de cerca de 50 mil habitantes. Segundo estudos realizados pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG) para a Prefeitura de Congonhas, a concretização desses grandes investimentos diretos por parte das indústrias instaladas no município, significará uma necessidade de considerável volume de mão de obra, o que, por sua vez, afetará amplamente as condições de vida da população, seja pelo seu provável aumento por efeito de movimento migratório ou pelo impacto na infra-estrutura de serviços e nas condições ambientais da região.

O referido documento técnico que resultou da parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Prefeitura Municipal de Congonhas aponta diversas implicações do dinamismo econômico para a comunidade local e para o processo de desenvolvimento sustentável. Segundo esse documento, “se por um lado, os investimentos trarão impactos econômicos positivos, como a geração de emprego e renda, o aumento da arrecadação e o adensamento das relações inter-industriais no município, poderão trazer impactos negativos nas áreas ambiental e social, e exigências de projetos, ações e investimentos para a reestruturação do sistema viário, ampliação dos sistemas de saneamento básico e a definição e aprovação de normas legais de controle do uso e ocupação do solo urbano.”

Considerando a profundidade dos impactos e transformações previstos, é imprescindível o contínuo planejamento de ações que antecipem ou corrijam impactos negativos para a população

e para o meio ambiente. A participação dos moradores torna-se estratégica para o sucesso de tal monitoramento político dos investimentos feitos.

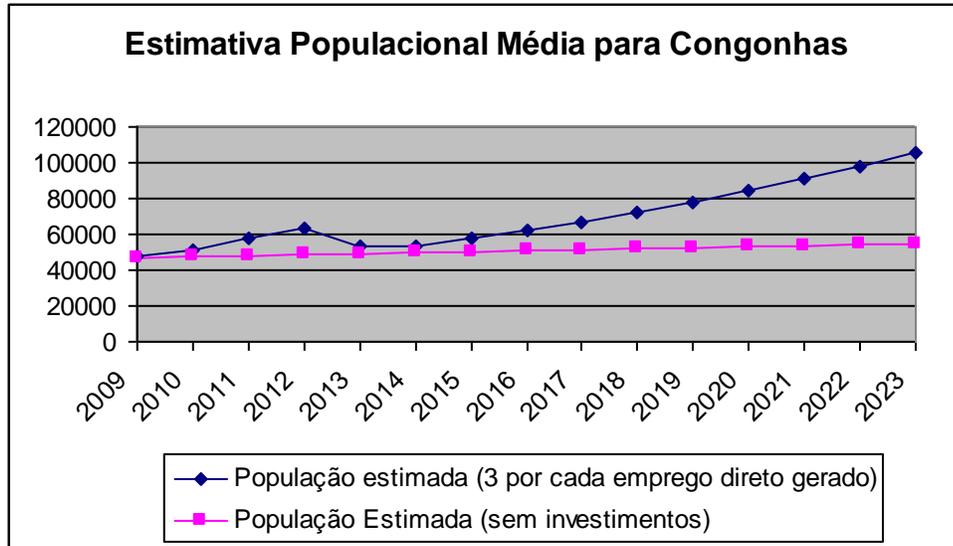
Em tal contexto, era clara a necessidade de elaboração de metodologia para que se chegasse, de fato, ao planejamento participativo. Desta metodologia deveriam resultar elementos para a formulação de políticas públicas que tivessem como foco a reestruturação socioambiental.

Como suporte institucional para a realização dessa tarefa, optou-se pela criação de um Observatório Socioambiental, que serviria de base de sustentação para os processos de planejamento estratégico participativo no município. Nele se concentrariam as atividades de coordenação e orientação para a formulação de projetos e políticas de interesse público para os congonghenses e para os arredores da cidade.

A estratégia para a realização dessas propostas iria promover a sensibilização e mobilização, dos moradores de Congonhas e entorno, visando estimular a participação em debates públicos e em espaços públicos deliberativos que tratam dos efeitos oriundos dos grandes empreendimentos produtivos da região, principalmente mineração e siderurgia, e impactantes no meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas. As ações que seriam desenvolvidas teriam como objetivos específicos:

- Coleta e análise de dados relativos às condições socioambientais do município de Congonhas.
- Elaboração de documento, que resultasse de amplo debate participativo, contendo diretrizes para plano de desenvolvimento territorial sustentável.
- Fortalecimento da participação popular em esferas públicas deliberativas organizadas em Congonhas, a exemplo do que tem sido feito no âmbito da Agenda 21. Em Congonhas, destacam-se o Observatório Socioambiental e o Conselho Municipal do Meio Ambiente.
- Identificar fatores que influenciam o nível de participação popular no município.
- Experimentação de estratégias de mobilização de diferentes estratos da população local para debates sobre a questão ambiental e sua conexão com investimentos econômicos valorizados no âmbito municipal. Tal experimentação focalizaria os seguintes aspectos de pesquisas socioambientais:
  - Percepção local de impactos – gerais e localizados
  - Nível de conhecimento e comprometimento da comunidade com relação a questões socioambientais
  - Potencialidade de mobilização dos moradores para ações públicas coordenadas por entidades locais, tais como associações temáticas, clubes, escolas, sindicatos, igrejas e outras formas de associação.

Congonhas já é considerada um importante pólo industrial e produtivo e com substanciais desafios de ordem socioambiental. Muitos deles já foram bem identificados, como se pode ver, por exemplo, no relatório feito pelo CEDEPLAR/UFMG. Desse documento, entre vários dados, destacam-se os demográficos para ressaltar a importância do projeto que o NESTH desenvolveu. A projeção feita pela equipe pesquisadora considera um cenário no qual o crescimento demográfico é projetado com a realização dos investimentos previstos pelas principais indústrias do município, e outro cenário no qual a projeção de incremento populacional é calculada na falta de novos investimentos. O resultado é mostrado no gráfico abaixo.



Fonte: Estudos e Análises Técnicas para apoiar a Primeira Etapa de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Congonhas, maio 2009.

No primeiro cenário, em menos de 15 anos a população de Congonhas será superior ao dobro do número atual de habitantes. Tal mudança tem impactos na infraestrutura de serviços públicos e no próprio ambiente. O desenvolvimento sustentável só ocorrerá se políticas públicas consistentes forem planejadas e postas em prática em tempo adequado. Diversos autores defendem a importância da participação dos cidadãos na identificação de problemas e na proposição de soluções para os mesmos, destacando-se o relatório da Comissão Brundtland, *Nosso Futuro Comum*<sup>1</sup> (ONU, 1987).

Levando-se em conta esse referencial teórico e político, as seguintes justificativas foram importantes na proposta apresentada pelo Núcleo:

- Congonhas é um lugar em que se reúne importante patrimônio histórico e cultural que deve ser preservado.
- Além disso, abriga importante e moderno parque industrial, em processo de expansão, processo esse que, no entanto, está associado a forte impacto ambiental negativo, que deve ser minimizado e monitorado..
- O poder público e a população de Congonhas precisam estar preparados para lidar com o impacto de elevados investimentos que serão feitos na região, destacando-se aquela que derivará do crescimento demográfico.
- A sensibilização e mobilização dos cidadãos para a tarefa de pensar o futuro da cidade e da região tornam-se tarefas estratégicas em tal contexto.

A metodologia proposta pelo projeto previa a aplicação de tecnologias de mobilização social já testadas pela equipe do NESTH em outros projetos que tiveram como foco a estimulação de estratos sociais pobres para a participação em debates e processos deliberativos com autoridades públicas. No caso de Congonhas, optou-se por combinar pesquisa quantitativa e qualitativa para o levantamento de dados que permitissem a caracterização completa das formas e

<sup>1</sup> WCED, *Our Common Future*. Oxford University Press, 1987.

padrões de participação política da população de Congonhas. As etapas do trabalho foram as seguintes:

1- planejamento e elaboração de instrumentos de coleta de dados (roteiro de entrevista e/ou questionário) sobre formas de participação política no município;

2- mobilização da população para a reflexão sobre a questão ambiental por meio de eventos diversos;

3- realização de curso livre sobre “Políticas Públicas Ambientais”. O objetivo era criar condições para a elaboração de instrumentos de diagnóstico dos problemas ambientais locais por meio de estratégias participativas;

4- organização de uma micro - arena participativa, que é um evento de interação comunitária, promovido através de participação popular, cujo objetivo é levar à reflexão conclusiva sobre linhas de ação que deverão orientar a política ambiental e políticas públicas conexas no município, a curto, médio e longo prazo.

Além de buscar um diálogo construtivo entre as representações e os moradores, o projeto do Observatório Socioambiental de Congonhas realizou capacitações, visando uma maior visibilidade do processo, apoiado em monitoramento e renovação co-participada de informações, e com o objetivo de dotar a população de um instrumento para sua proteção e seu desenvolvimento na construção da cidadania. Essas capacitações tiveram a preocupação propiciar a formação de uma consciência socioambiental nas pessoas, através da introdução de um material didático de autoria dos técnicos do NESTH.

Durante os primeiros meses de 2012, uma pequena equipe de técnicos foi incumbida de realizar uma mobilização de cinco turmas de, aproximadamente, vinte e cinco integrantes cada. Foi decidido entre a equipe que essas capacitações seriam ofertadas, inicialmente, a estudantes do ensino fundamental e médio do ensino municipal da cidade, visando assim um público jovem, capaz de participar ativamente das tomadas de decisão futuras.

Durante a etapa inicial de aproximação com os moradores dos bairros estudados, a equipe de pesquisadores do projeto do Observatório Socioambiental de Congonhas acreditava que a intensa atividade de mineração no município poderia ser o fator de principal descontentamento dos moradores ali inseridos, entretanto, após os resultados obtidos através dos questionários aplicados, foi constatada uma grande insatisfação quanto a problemas de infra-estrutura de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Neste sentido, o debate socioambiental parte para segundo plano, pois o grau de insatisfação com a falta de assistência dos órgãos responsáveis tende a gerar um maior contingente de queixas ligadas à gestão pública ineficiente.

A chegada da Companhia Siderúrgica Nacional, ainda na década de quarenta caracterizou a região como uma grande provedora de recursos minerais. Durante praticamente todo o século XX, o único critério utilizado para a retirada do material nas minas se embasava em aspectos econômicos, justamente pelo fato de não existir durante o período uma legislação que efetivasse estudos de impacto ambiental nas áreas exploradas. Por volta da década de 1980, os empreendimentos mineradores e as demais atividades produtivas potencialmente impactantes começaram a se adequar ambientalmente, por força de vários fatores: a legislação emergente, as pressões dos organismos financiadores e do movimento ambientalista e a própria iniciativa dos empreendedores, por questões de mercado, para evitar danos à sua imagem ou mesmo como reflexo de uma conscientização ambiental. A partir de então, a legislação brasileira passou a

levar em conta a necessidade de diagnósticos de impacto efetivos no setor descrito, fato consumado através de alguns parágrafos presentes na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 170, parágrafo único, que “é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”. Ao mesmo tempo, prevê em seu art. 225, §1º, que incumbe ao Poder Público “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (inciso IV) e “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente” (VIANA, 2007 p. 16).

Por influência de legislações de outros países e por pressões constantes do recém criado movimento ambientalista, o licenciamento ambiental passou a ser um recurso importante para a regularização dos serviços realizados pelas companhias de mineração, mesmo que na Constituição de 88 não seja notada alguma menção ao termo (apenas a formalização de Estudos de Impactos Ambientais). Minas Gerais, por se tratar de um importante estado neste quesito passou a se preocupar mais com tais impactos, principalmente após a chegada de novas empresas de capital estrangeiro (Ferrous Resources, NAMISA, Ferro +, VALE, Anglo Gold Ashanti, dentre outras) interessadas pelos minerais de boa qualidade presentes no quadrilátero ferrífero. No entanto, ainda existem graves problemas de fiscalização devido à porcentagem de fiscais em relação à quantidade de empresas a serem fiscalizadas.

Aliado a isso, a Companhia Siderúrgica Nacional, que seria privatizada na década de noventa, passou cinquenta anos de sua existência extraindo minério de ferro em Congonhas sem se preocupar com problemas futuros, e ainda hoje não se alinhou devidamente com as determinações prescritas na legislação brasileira. Desta forma, a atividade mineradora em Congonhas impactou profundamente os moradores e as gerações futuras dos moradores ali presentes, devido à proximidade com as cavas e as iminentes oportunidades de emprego provenientes da extração do ferro. A construção de ferrovias para o escoamento do contingente extraído alargou ainda mais o perímetro de impacto. Aliado a isso, a falta de cuidado com os rejeitos tem provocado a poluição do Rio Goiabinhas, que a jusante se une com o Rio Maranhão, um dos rios que cortam a cidade. A conjuntura de situações descritas ilustra as dificuldades sentidas pelos moradores vizinhos à mineração Casa de Pedra em se manterem alheios às atividades.

Dentre esses territórios próximos da atividade de mineração, o caso mais grave é observado no conjunto de aproximadamente cem casas que formam o bairro Plataforma, construído a uma distância de aproximadamente 15 metros dos trilhos da companhia ferroviária MRS e da plataforma de abastecimento dos vagões da Companhia Siderúrgica Nacional.

No Bairro Alto Maranhão, tais impactos ainda não são sentidos, nem muito bem quantificáveis; sabe-se que o empreendimento é gigantesco, numa escala que a comunidade ainda não consegue apreender. Há forte poluição nos rios com minério, de acordo com a comunidade do Alto Maranhão. A região também tem problemas com saneamento básico, que comprometem a qualidade de vida da população.

O bairro Pires está muito próximo de grandes companhias mineradoras e dessa vizinhança surgem diversos problemas. Os moradores citaram com especial ênfase a poeira, o barulho, o tráfego constante e intenso de caminhões e o tráfego constante de trens. O tráfego intenso de caminhões da mineração dentro do bairro tira a segurança e a tranquilidade das ruas. Além disso, é responsável também por agravar o problema da poeira, já que cada vez que passam lançam

grandes quantidades no ar. As ruas do bairro são predominantemente de terra e o tráfego de caminhões carregando minério é intenso e constante, situação que torna o problema da poeira grave. Os moradores relataram ser chamados por moradores de outros bairros de “Pés vermelhos”. Segundo os moradores havia nascentes próximas que abasteciam a comunidade. Depois da chegada e expansão aguda das mineradoras, as nascentes foram destruídas e a água, que antes era trazida de maneira natural às casas, passou a ser levada por caminhões pipa e galões de água mineral. Uma implicação grave dessa mudança é a impossibilidade de plantio. Com o racionamento de água em função de sua escassez, o plantio se tornou inviável.

As mineradoras que atuam próximo ao Bairro Esmeril são a CSN, MBR e Ferrous. A primeira faz exploração próxima à nascente, fonte de abastecimento de água do bairro. Em épocas de chuvas a água fica suja e houve um episódio em que o bairro ficou duas semanas sem água devido a problemas da mineradora que explora as proximidades. Os bairros Casa de Pedra e Redenção estariam condenados a desaparecer. Devido à falta de perspectivas em relação ao bairro e às grandes dificuldades estruturais (não possui escolas, praças, transporte, entre outros), uma parte dos moradores deseja se mudar para outras cidades, não aceitando uma realocação para outro bairro de Congonhas, situação que expõe a grande desmotivação dos moradores frente aos progressos da mineração.

A população de Congonhas tem convivido nos últimos anos com grandes incertezas provocadas por duas conjunturas relacionadas com a expansão minerária no vale do Rio Paraopeba. Estimulada pelo prefeito da cidade e também pelo governo do Estado de Minas Gerais, diversas expropriações na região que abrange os bairros Plataforma, Santa Quitéria e Esmeril foram efetuadas, retirando de seus respectivos lugares de origem cerca de 500 sítios e realocando em regiões urbanas do centro da cidade. Principal interessada na empreitada, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), investiu aproximadamente 12 bilhões de reais na região, podendo assim extrair, pelotizar e transformar o minério em aço comercializável em uma única região.

Diante deste contexto, moradores de bairros situados no entorno do complexo convivem diariamente com problemas consequentes da mineração compulsória e sem critérios, sofrendo mudanças abruptas ao seu modo de vida, tanto no âmbito rural quanto urbano, dentre estes se destaca o aumento de doenças respiratórias provocadas pelo aumento de conteúdo particulado no ar. O plano de alocação destes moradores tem sido realizado por órgãos do governo do estado, e a falta de critério na questão do perímetro do novo terreno ofertado aos moradores remanejados provoca alguns imbrólios, refletindo assim na lentidão nas negociações dos títulos de posse e a incerteza dos camponeses. Muitos deles nunca moraram em cidades, e questionam sobre como seria o processo de adaptação, levando-se em conta uma mudança abrupta de valores as quais estariam sujeitos. Veja-se o exemplo do depoimento abaixo:

“Me diga por favor onde vou plantar minha horta e criar minhas galinhas dentro da cidade?” (Ivete Castro Pinto, moradora do bairro Plataforma)

Muitos depoimentos como este demonstraram o quão delicado pode ser a implantação do complexo minério-siderúrgico na região. Conhecer as dificuldades do processo a partir da experiência da população envolvida coloca em questão a validade de métodos e de estratégias de conhecimento. É preciso considerar que, “sob uma pretensa capa de neutralidade as ciências sociais se constituíram como discursos legitimadores de opções político-ideológicas que fizeram de uma experiência particular de modernidade o padrão universal incontestado.” (RIBEIRO, 2014, p.69).

A metodologia utilizada em Congonhas, que associa imersão, prospecção, “survey” e pesquisa-ação, parte para uma identificação do regime de produção da verdade do município, no

mesmo contexto em que promove a construção de um conhecimento capaz de transpor os limites da universidade, como uma forma de produção alinhada com os interesses populacionais. Por isso, faz parte dessas metodologias o compartilhamento da produção feita ao longo de todas as etapas da pesquisa, com seus respectivos co-autores, para que estes possam ter acesso ao que ajudaram a construir. O trabalho do núcleo mantém o interesse estratégico de formar cidadãos engajados em questões que circundam sua realidade cotidiana.

Mais do que o discurso institucional, é importante para a construção da cidadania, a constatação daquilo que é vivido pelos moradores de uma comunidade, pelos cidadãos que recebem os impactos de empreendimentos que ali estão em busca de realizar seus interesses privados. Entretanto, observa-se que as práticas institucionais de produção do conhecimento sobre a realidade vivenciada por uma população parecem passar distante de uma percepção que busque a fidelidade ao olhar e ao sentir daqueles que efetivamente vivem essa realidade. De algum modo, essas práticas institucionais de construção do conhecimento, ainda que desempenhadas por setores que representem novas forças em posição que lhes permita o controle de instituições de pesquisa, educação e produção de conhecimento, preservam olhares marcados por uma centralidade que aponta para o tema da “colonialidade” do saber e das metodologias.

A discussão sobre a “colonialidade” do saber e das metodologias tem que se colocar como referência obrigatória, quando se trata de produzir um olhar sobre nossas realidades. Levar em conta que as universidades e demais centros de produção e transmissão de conhecimento desenvolvem uma trajetória de origem e pertencimento de classe que as remete também a relações tradicionais de dependência, a escolhas e inspirações modelares relativas a métodos e a lugares institucionais de organização do trabalho é fundamental. Sobretudo, quando se observa que a valorização de proposições teórico-metodológicas elaboradas nas tradições européias e norte-americanas acompanhou sempre a formação dos pesquisadores latino-americanos. Mais do que isso, a questão abrange toda uma perspectiva, uma cosmovisão que fornece, como mostra Edgardo Lander, os “pressupostos fundacionais de todo o edifício dos conhecimentos sociais modernos”. Segundo ele, essa cosmovisão tem como eixo articulador a idéia de modernidade, que vai estruturar “[...] quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à idéia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a ‘naturalização’, tanto das relações sociais como da ‘natureza humana’ da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (‘ciência’) em relação a todos os outros conhecimentos.” (LANDER, 2005, p. 13). O autor ressalta que, pelo caráter universal da experiência histórica da sociedade industrial liberal européia, “[...] as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se converteram nas únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta.” (LANDER, 2005, p 13).

Esse processo corresponde a uma construção de hegemonia, que passa pela desestruturação de saberes e identidades pré-existentes e, mais propriamente, na construção de uma contra-hegemonia que, no caso da formação do colonialismo, foi antecedida da derrota militar, por vezes com a eliminação física de grande parte das comunidades.

Na visão de Mignolo, essa modernidade eurocêntrica tem uma relação intercomplementar com a colonialidade, sendo que elas se constroem mutuamente. Segundo ele, a história do saber foi construída pela visão eurocêntrica e o saber do mundo colonizado foi invisibilizado: “[...] a colonialidade permaneceu invisível sob a idéia de que o colonialismo seria um passo necessário em direção à modernidade e à civilização; e continua a ser invisível hoje, sob a idéia de que o colonialismo acabou e de que a modernidade é tudo o que existe. Uma das razões para só se ver a metade da história é que esta foi sempre contada do ponto de vista da modernidade. A colonialidade era o espaço sem voz (sem ciência, sem pensamento, sem filosofia) que a modernidade tinha, e ainda tem, de conquistar, de superar, de dominar.” (MIGNOLO, 2004, p. 668).

Quijano, ao explicar a colonialidade como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista, lembra que ela se baseia na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse mesmo padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e em escala social. Segundo ele, desde o século XVII, nos principais centros hegemônicos desse padrão mundial de poder (e menciona países como Holanda, Inglaterra, e autores, como Descartes, Spinoza, Locke e Newton), “[...] foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que atendia as necessidades cognitivas do capitalismo, como a medição, a quantificação, a externalização (objetivação) do cognoscível em relação ao cognoscente, para o controle das relações das pessoas com a natureza, e entre elas, em relação a esta, em especial com a propriedade dos recursos de produção.” (QUIJANO, 2007, p. 94).

Nessa perspectiva, naturalizaram-se formalmente as experiências, as identidades e as relações históricas da colonialidade e da distribuição geo-cultural do poder capitalista mundial. É bastante compreensível que este processo, se observado à luz das elaborações conceituais sobre hegemonia e produção de conhecimento, tenha levado o modo de conhecimento eurocêntrico, denominado racional, a se impor e a ser acolhido e trabalhado no mundo capitalista como a única racionalidade válida e como mais um símbolo da modernidade. Segundo Quijano, esta modernidade/racionalidade está agora, finalmente, em crise. (QUIJANO, 2007, p. 93). Essa “crise” está diretamente associada às necessidades de transformação da vida nos países periféricos e à necessidade de se produzir conhecimento efetivamente comprometido com as mudanças no sentido de uma autonomia local, regional, uma autonomia que possa dar lugar para a visibilidade das características e dos modos de ver e de desejar, e também dos modos de se projetar políticas, de populações relegadas a uma espécie de segunda classe nos processos de construção de saberes sobre a sua própria realidade.

A maior intensidade dessa busca de autonomia vai acontecer depois da segunda guerra mundial, em áreas dominadas ou dependentes do mundo capitalista, em um contexto de descolonização ou de governos nacionalistas em alguns países a fortalecer a educação e as elites intelectuais locais. No entanto, na busca de se colocar em discussão uma diversidade epistêmica para mais além do capitalismo global, os sinais de uma revolta intelectual contra esse modo eurocêntrico de se produzir conhecimento, desde cedo estiveram presentes na América Latina. Quijano identifica uma crítica explícita “ao evolucionismo unilinear e unidirecional do eurocentrismo, por exemplo, no livro de Haya de La Torre, “El Antimperialismo y El APRA”, escrito em 1924 e publicado em 1932.

Ao longo do tempo, as variadas formas de construção de alternativas, as discussões do modo eurocêntrico de organização do processo de trabalho na produção de conhecimento dão

consistência à caminhada para a decolonização e explicitam o caráter político e ético dessa atividade. Vale dizer que a relação entre saber e poder se destaca nessa questão e impõe para o pesquisador a consciência e ação num processo que é ao mesmo tempo teórico, metodológico, ético e político.

Esse processo, que realiza um trajeto histórico, político, cultural, epistemológico, marcado pela necessidade de se produzir um conhecimento integrado organicamente com a realidade local, realiza também a aproximação e a coerência entre a realidade objetiva do território e o processo de trabalho na construção do conhecimento.

Nesse sentido, a movimentação decolonial traz mudanças no acontecer da hegemonia, não apenas no sentido da relação colonizador/colonizado, mas também nas relações internas ao território, na medida em que o conhecimento é produzido num contexto de superação da contradição entre a teoria e a prática. Dito de outro modo, uma superação da contradição entre a presença dominante de técnicas, métodos e teorias colonizadoras para uma realidade territorial e identitária diversa, em processo de construção. Na perspectiva de Gramsci, é uma nova construção de hegemonia, pela via de uma nova unificação de teoria e prática: “[...] por isso, deve-se sublinhar como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico e não só político-prático, porque implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética a ela adequada, uma concepção do real que superou o senso comum e se transformou – embora dentro de limites ainda restritos – em concepção crítica.” (GRAMSCI, 1975, 1385).

As possibilidades que se abrem com a resistência localizada, no sentido de se poder questionar na prática o discurso legitimador das opções que transformaram em hegemônica uma determinada perspectiva da modernidade, nos permitem avançar num processo de revisão do discurso que deu forma e direção ao pensamento colonizador. Se este é um pensamento organizador da produção de saber, que desqualifica, que desvaloriza, que transforma em silêncio o pensamento do colonizado, devemos reconhecer que estamos falando também de ética e de responsabilidade enquanto cidadãos e seres humanos no nosso trabalho de registrar e discutir as experiências populares com a produção do conhecimento e com a aprendizagem do trabalho.

Referências:

GRAMSCI, A. (1975). **Quaderni del Carcere**: quaderno 22: Americanismo e Fordismo. Torino, Einaudi Editore. v. 3.

LANDER, E. (Org.). , 2005 **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. São Paulo, Clacso.

MIGNOLO, Walter D. (2004). Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez.

QUIJANO, Anibal. (2007) Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global**. Bogotá, Siglo Del Hombre Editores,. p. 93-126.

RIBEIRO, Adélia Miglievich (2014). **Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna**. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan./abr..

SANTOS, Boaventura de Sousa (2010) **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora.